

Leia o texto a seguir.

Tendo o homem nascido com um direito à liberdade perfeita e em pleno gozo de todos os direitos e privilégios da lei da natureza, da mesma forma que qualquer outro homem ou grupo de homens no mundo; tem ele por natureza o poder não apenas de preservar sua propriedade – ou seja, sua vida, sua liberdade, seus bens – contra as depredações e intentos de outros homens, como também de julgar e punir as violações dessa lei por outros. [...] Sempre que qualquer número de homens se reúne em uma sociedade de modo que cada um renuncie ao poder executivo da lei da natureza e o confie ao público, então, e somente então, haverá uma sociedade política ou civil.

Adaptado de LOCKE, J. Segundo Tratado sobre o Governo: ensaio referente à verdadeira origem, extensão e objetivo do governo civil. §§ 87- 88. In: LOCKE, John. *Dois Tratados sobre o Governo*. Tradução de Júlio Fischer. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

Com base na leitura do texto, discorra sobre como Locke fundamenta a formação da sociedade política.**QUESTÃO 1 – EXPECTATIVA DE RESPOSTA**

Conteúdo programático: 1o Eixo Temático: Problemas Políticos e Éticos na Filosofia-Problema político: Estado, sociedade e poder.

Resposta esperada:

Para John Locke, no *Segundo Tratado sobre o Governo Civil*, a legitimidade do poder político – base do governo civil – encontra-se radicada no consentimento unânime dos governados. Com efeito, segundo ele, “não é qualquer pacto que põe fim ao estado de natureza entre os homens, mas apenas o acordo mútuo pelo qual todos se obrigam juntos a constituir uma comunidade e formar um corpo político”. Assim, a justificação do exercício do poder civil não se encontra na tradição e, tampouco, na força. O contrato lockeano, diferentemente do contrato hobbesiano, é firmado por homens que, iguais, absolutamente livres e dotados de razão, concordam mutuamente em formar a sociedade civil, confiando-lhe o propósito de preservar aquilo que lhes pertence, em sua condição natural, ou seja, proteger e consolidar seus direitos naturais inalienáveis e irrenunciáveis: sua vida, sua liberdade, seus bens. Intentam, por meio do pacto, evitar e remediar as inevitáveis inconveniências do estado de natureza quando, pela ausência de juízes e de leis positivas, cada indivíduo exerce seu poder de julgar e punir por qualquer dano que lhe foi causado. Para John Locke, só existe uma sociedade política onde cada um dos membros renunciou a esse poder natural e o depositou nas mãos da comunidade política. Há de se ressaltar que, diferentemente de Hobbes e outros contratualistas, John Locke não concebe um pacto de sujeição, no qual os pactuantes se submetem a um poder comum. Ele concebe apenas o pacto de associação pelo qual os homens consentem em formar uma sociedade política. Nela, o povo, como verdadeiro detentor do poder soberano, outorga aos poderes constituídos no governo civil a sua confiança, sem se submeter a eles. Por essa razão, a rebelião apresenta-se como uma possibilidade caso a autoridade civil não cumpra seus objetivos. Enfim, a justificação do poder político legítimo conjuga duas interfaces indissociáveis do contrato lockeano: sua constituição a partir do consentimento mútuo firmado por homens livres e iguais, que se unem voluntariamente, e sua finalidade, a de garantir a segurança da propriedade dos indivíduos (vida, liberdade e bens). Realiza-se, assim, a instituição de um verdadeiro corpo político regido pela vontade de seus membros livres para alcançar a paz comum.

Leia os textos a seguir.

Nos principados completamente novos, onde há um novo príncipe, existe maior ou menor dificuldade para mantê-lo, conforme seja maior ou menor a *virtú* de quem o conquistou. Aquele que depende menos da fortuna consegue melhores resultados. Consideremos Ciro e os demais conquistadores ou fundadores de reinos: acharemos todos admiráveis. Examinando suas ações e suas vidas, veremos que não receberam da fortuna mais do que a ocasião, que lhes deu a matéria para introduzirem a forma que lhes aprouvesse. E sem a ocasião a *virtú* de seu ânimo se teria perdido, assim como, sem a *virtú*, a ocasião teria seguido em vão.

Adaptado de: MAQUIAVEL, N. *O Príncipe*, capítulo VI. 2.ed. Tradução de Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 24.

Como a vida de um príncipe não é duradoura, o Estado inevitavelmente se arruinará logo que a *virtú* deste vier a faltar. Disto decorre que os reinos, cuja sorte depende da *virtú* de um único homem, são pouco duráveis, porque aquela *virtú* se extingue com a morte deste e, raras vezes, acontece que seja recuperada pelo seu sucessor.

Adaptado de MAQUIAVEL, N. *Comentários sobre a Primeira Década de Tito Lívio*. Livro I, capítulo XI. 3. ed. rev. Tradução de Sérgio Bath. Brasília: Editora UnB, 1994. pp. 58-59.

Com base na leitura dos textos de Maquiavel, disserte sobre o significado da *virtú* na ação política do príncipe diante das vicissitudes da *fortuna*.**QUESTÃO 2 – EXPECTATIVA DE RESPOSTA**

Conteúdo programático: 1o Eixo Temático: Problemas Políticos e Éticos na Filosofia-Problema político: Estado, sociedade e poder.

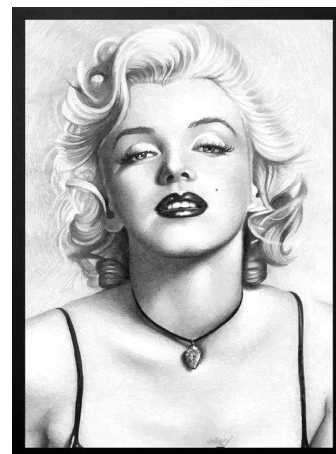
Resposta esperada:

Em *O Príncipe*, ao dedicar sua atenção à análise dos principados novos, Maquiavel nos remete à importância da *virtú* e seu confronto com os caprichos da *fortuna* na política. Essa relação *virtú-fortuna* constitui o lugar por excelência para interpretar o pensamento maquiaveliano sobre a manutenção do poder do príncipe e a segurança do Estado diante da instabilidade do mundo e da condição humana. A *virtú*, cuja compreensão se apresenta desvinculada de uma hierarquia *a priori* de valores e virtudes morais elevados segundo modelos tradicionais de legitimação, determina a ação política do governante no enfrentamento das vicissitudes da realidade (a *fortuna*) tendo em vista resultados que assegurem seu propósito de conservar o poder conquistado e evitar as armadilhas que corroam sua reputação e reconhecimento pelo povo (honra e glória). Assim, de um lado, por essa orientação pragmática, a noção de *virtú* implica compreender a ação política determinada por uma racionalidade instrumental. O príncipe deve usar todos os meios necessários para a eficácia da ação. Por sua vez, para Maquiavel, a ação política move-se sempre na mutabilidade e na transitoriedade de uma realidade marcada por incertezas e conflitos de interesses. Nesse sentido, de outro lado, a noção de *virtú* implica conceber que a política transita no domínio da contingência. O príncipe, pelo contínuo exercício da *virtú*, deve estar preparado para alterar sua conduta quando os ventos da *fortuna* e a variação das circunstâncias o forcem a isso. O sucesso do príncipe não depende da virtuosidade de seu caráter ou da hereditariedade a que pertença por uma eventual linhagem. Tampouco submete-se ao determinismo da sorte. Para alcançar o propósito de manter seu domínio, não basta a força que lhe permitiu conquistá-lo. É preciso que o príncipe possua a *virtú*: a capacidade de controlar e de antecipar os efeitos da *fortuna*, isto é, enfrentar e aproveitar as circunstâncias concretas que se lhe apresentam na arena política, de modo a interferir nelas, como lhe aprouver, forjando a ocasião e atuando na necessidade.

Leia o texto e analise a imagem a seguir.

Em suma, o que é a aura? É uma figura singular, composta de elementos espaciais e temporais: a aparição única de uma coisa distante, por mais perto que esteja. Observar, em repouso, numa tarde de verão, uma cadeia de montanhas no horizonte, ou um galho, que projeta sua sombra sobre nós, significa respirar a aura dessas montanhas, desse galho.

BENJAMIN, W. *Obras Escolhidas*. Magia e Técnica, Arte e Política. São Paulo: Brasiliense, 1996, p. 170.



www.americanas.com.br

Walter Benjamin, integrante da Escola de Frankfurt, no texto *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica*, desenvolve o conceito de “aura”, fundamental para sua compreensão da obra de arte.

Com base na interpretação do texto e da imagem referente ao quadro decorativo de Marilyn Monroe, explique o conceito de aura e as consequências da reprodutibilidade técnica.

QUESTÃO 3 – EXPECTATIVA DE RESPOSTA

Conteúdo programático: 3o Eixo Temático: Problemas Estéticos na Filosofia-O problema da relação da arte com a sociedade: a Indústria Cultural e a cultura de massa.

Resposta esperada:

Em seu texto *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica*, Walter Benjamin procura demonstrar que, na obra de arte, o que atrofia com a reprodutibilidade técnica é a aura. A aura é aquilo que é dado apenas uma vez, ou seja, como está demonstrado na passagem do texto, o que configura a aura é sua singularidade, que se materializa na espacialidade e na temporalidade. Uma obra é única, assim como o é um pôr do sol ou a sombra ou a percepção de uma cadeia de montanhas. Esse caráter único da obra, isto é, sua identidade, é o que se perde com a reprodução em série de um quadro vendido em lojas de departamentos. O declínio da aura ocorre, segundo Benjamin, em razão do desejo das massas de terem próximo aquilo que deveria ser único. O que se quer é ter uma cópia reproduzida para estar em todos os ambientes. Portanto, a reprodutibilidade acaba com aquilo que é único. Ao longo da história, as obras sempre foram reproduzidas, porém não da forma e com as consequências como na era da reprodutibilidade técnica. A cópia produzida em série e vendida na loja com milhares de exemplares idênticos afeta o “aqui e agora”, que é único na obra e que constitui a sua história. Ou seja, cada obra é única e sua autenticidade não se deixa reproduzir nas cópias colocadas à venda na loja ou na Internet, sem história, sem tempo, sem saber quem foram seus proprietários. Em suma, sem autenticidade.

Leia o texto a seguir.

Na verdade, os sentidos, por si mesmos, são algo débil e enganador; nem mesmo os instrumentos destinados a ampliá-los e aguçá-los são de grande valia. E toda verdadeira interpretação da natureza se cumpre com instâncias e experimentos oportunos e adequados, onde os sentidos julgam somente o experimento e o experimento julga a natureza e a própria coisa.

BACON, F. *Aforismo sobre a interpretação da natureza e o reino do homem*. São Paulo: Nova Cultural, 1997, p. 44.

Francis Bacon, filósofo inglês nascido em 1561, contribuiu significativamente para a construção do modelo de ciência moderna.

Com base na leitura do texto e nos conhecimentos sobre a obra do filósofo, explique como o autor compreende a experimentação como base metodológica do conhecimento científico.

QUESTÃO 4 – EXPECTATIVA DE RESPOSTA

Conteúdo programático: 2o Eixo Temático: Problemas Epistemológicos na Filosofia-O problema da ciência, conhecimento e método. na Filosofia.

Resposta esperada:

Francis Bacon objetiva, ao pensar a ciência, construir um novo edifício para o conhecimento. E como tal, a instauração de uma nova compreensão de ciência demanda o enfrentamento do pensamento grego ainda vigente. Aristóteles, dominante à época, é o filósofo a ser combatido. Bacon busca aproximar-se das novas leituras que se faziam no seu tempo, a exemplo de Galileu, que tinham entendido a necessidade de sedimentar novos pilares para a compreensão do conhecimento. As categorias aristotélicas não explicavam nem satisfaziam a busca pelo conhecimento. A ênfase no debate retórico não levava ao cerne das questões da ciência e relegava para segundo plano o contato real com a natureza. O mesmo problema acometia a escolástica. E, assim, o debate filosófico acabava se perdendo em intermináveis controvérsias sem resultados efetivos.

É neste contexto que podemos entender a importância da experiência, que é de onde parte a ciência. Temos aqui um problema de método. A experiência adquire importância central na construção da ciência, que tem como propósito o domínio da natureza. E, para se atingir tal propósito, faz-se necessário conhecê-la, obedecê-la e dominá-la para que possamos avançar no conhecimento. E o método para tal propósito não é mais o aristotélico, mas a indução. O novo método de investigação até utiliza os sentidos como ponto inicial, mas avança com o auxílio de “instrumentos” e “experimentos” para chegar a uma nova ciência.